

## Humanidade e não-humanidade: notas sobre um grupo de *protetores* de gatos de rua.

Andréa Osório  
PUCG/UFF  
andrea.osorio@ig.com.br

### RESUMO

A presente pesquisa enfoca as relações estabelecidas entre humanos e felinos domésticos (não-humanos), delineadas a partir da observação (netnografia) de uma comunidade do Orkut (rede de relacionamentos pessoais) destinada a formação de um rede de ajuda a gatos de rua que existe virtualmente, com encontros esporádicos de membros que residem na mesma cidade, e que mantém contato com outras redes e instituições de auxílio a animais de rua. A rede analisada alimenta, captura, leva ao veterinário, castra, dá *lar temporário* e doa o animal a partir da noção nativa de *posse responsável*. Os animais são circulados não como objetos, pois nunca intermediados por dinheiro ou outros objetos, mas como sujeitos visto que se imagina que são respeitados em suas preferências (alimentares, de sono, etc). A classificação nativa destas relações inclui *mamis* e *papis* de *filhosgatos adotados*. O idioma do parentesco e do afeto é amplamente utilizado, o que parece levar a uma humanização dos gatos. Porém, os membros mais atuantes da comunidade pesquisada (*protetores* ou *resgateiros*) indicam que sua ação existe exatamente porque os animais não são humanos e, portanto, incapazes de decisões corretas e dependentes da intervenção humana. Os gatos, membros da família por adoção, não se tornam necessariamente humanos, pois lhes falta racionalidade e valores humanos. Ironicamente, são algumas vezes comparados a crianças humanas de 3 ou 4 anos de idade: sua capacidade intelectual seria a mesma. Assim, borram-se ainda mais as fronteiras. Eu sugeriria que tais reflexões estão alinhadas com os atuais movimentos de defesa dos animais encontrados globalmente, embora o grupo não se apresente desta forma e seja menos homogêneo do que fiz parecer, na medida em que privilegiei para esta análise os *protetores*, agentes dos resgates e dos cuidados, mais do que outros membros da comunidade pesquisada.

"Trabalho apresentado no 4º Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense - UFF, realizado em Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil, em março de 2011"

## Introdução

Pesquisa realizada entre um grupo de interessados em gatos indicou que os animais são humanizados, dotados de características humanas, sobretudo na forma de relações de parentesco. Ao invés de um objeto, cuja posse e manejo depende exclusivamente de seu proprietário, o animal de estimação é visto freqüentemente como um *bebê*<sup>1</sup>, outras vezes comparado a uma criança humana de 3 a 4 anos. Não se percebe o animal como independente de sua *mãe* ou *pai* humanos. O presente artigo focaliza estas classificações utilizadas pelo grupo analisado com ênfase nos limites entre humanidade e animalidade, questionando estes próprios limites.

No primeiro momento da pesquisa, foram levantados dados sobre o grupo analisado no Orkut<sup>2</sup>, *site* de relacionamentos da Internet, especificamente em uma *comunidade*<sup>3</sup> criada em agosto de 2009 para congregar interessados em ações de intervenção para o *resgate* e *doação* de gatos *abandonados* em uma praça pública da cidade do Rio de Janeiro. Tais ações envolvem arrecadação de dinheiro para os cuidados dos animais e atuações concretas na praça em questão. Como foro de debates, a *comunidade* é um espaço privilegiado para a análise do imaginário e representação do grupo em questão. Em um segundo momento, pretende-se efetuar entrevistas com membros do grupo.

Os dados apresentados aqui, portanto, são parciais e devem ser lidos a partir do viés metodológico da “netnografia” (Hine, 2000). Este tipo de pesquisa antropológica foi formulada para ser utilizada em ambientes de Internet. Consiste em uma etnografia das relações sociais estabelecidas no ambiente de rede virtual. Não cabe, nesse sentido, como salienta Hine (2000), uma comparação estrita entre o universo virtual e aquele não virtual, como se um fosse mais real do que o outro, mas uma compreensão do que ocorre no ambiente virtual *per se*, a fim de compreender a dinâmica das relações sociais ali. Para o presente artigo, uma exploração metodológica mais profunda sobre o funcionamento do Orkut e da *comunidade* analisada não é necessário. Basta indicar que os dados levantados são narrativas, discursos escritos sobre si e sobre os outros, embora obedeçam a uma dinâmica específica do Orkut como ferramenta de comunicação.

O campo de análise da relação entre humanos e animais é consolidado na antropologia social. Parte dessa análise recai, necessariamente, na clássica, embora questionável, dicotomia natureza/cultura; outra parte tem se

---

<sup>1</sup> Os termos em itálico, salvo quando usados para palavras em língua estrangeira ou títulos de obras, indicam terminologia nativa.

<sup>2</sup> Rede social que em janeiro de 2011 completou 7 anos de existência. Tem perdido usuários no Brasil, os quais têm preferido outra rede social análoga, o Facebook. Como a pesquisa teve início no Orkut, enquanto for possível levantar dados ali, este recorte será preferencial.

<sup>3</sup> A *comunidade* é um espaço que pode ser *moderado* ou não, tem um *proprietário* e, possivelmente, um *moderador*. A *moderação* funciona como espécie de polícia ou censura, às vezes criando e executando suas próprias normas, às vezes apenas executando-as, o que significa dizer que punições podem ser infligidas a *membros* da *comunidade*. Na prática, tais punições podem ser a suspensão de uma mensagem ou a expulsão da *comunidade*. O objetivo de uma *comunidade* é a troca de mensagens sobre um determinado assunto. Porém, observam-se *comunidades* no Orkut com pouca ou sem nenhuma troca de mensagens, o que indica que o pertencimento não está exclusivamente ligado à comunicação entre os membros, mas envolve outras variáveis.

dedicado aos movimentos ecológicos e ambientais nas sociedades urbanas (Salvador, 2001). Mais recentemente, textos ancorados na corrente perspectivista têm se dedicado, de diversas formas, a essa relação (Fausto, 2002). O objetivo desse artigo é contribuir para a reflexão sobre esta relação a partir de um estudo de caso. Parte-se do método indutivo, analisando um grupo específico, para então conjugar os dados levantados em campo (virtual) com os debates teóricos já existentes.

Observou-se, a partir dos dados levantados, uma ambigüidade na classificação dos animais, que são humanizados por relações de parentesco com humanos e, ao mesmo tempo, animalizados em decorrência de sua irracionalidade. Percebeu-se, ainda, uma predominância de mulheres na *comunidade* virtual analisada, o que parece se conjugar com as percepções que mantêm acerca do bem-estar felino. Por último, indica-se que o grupo em questão é *sui generis*, debatendo-se com concepções do senso-comum sobre a relação entre humanos e animais, atuando tanto em termos de ações de intervenção na realidade quanto de forma pedagógica no sentido de educar proprietários de animais nas formas de manejo que eles entendem serem as corretas.

As relações entre humanos e animais, dadas culturalmente, são diversas tanto entre culturas distintas quanto entre camadas sociais e outros marcadores de diferença numa mesma sociedade. Este artigo tem como objetivo principal uma reflexão sobre esta relação privilegiando dados empíricos de um grupo específico, sem pretensões de generalização. A relação entre humanos e gatos, sobretudo, possui uma amplitude histórica impossível de ser coberta neste trabalho. Tampouco se trata de uma análise simbólica das representações do senso-comum brasileiro acerca do animal, o que renderia um trabalho a parte.

### **Campo virtual**

Esta pesquisa teve início em 2009 e dá-se em ambiente de Internet. Tenho acompanhado a troca de *posts*<sup>4</sup> de membros de seis *comunidades* de interessados em gatos no *Orkut*. Tem-se dado, neste momento, maior atenção a uma única destas *comunidades*, de fato a menor delas, com cerca de 540 membros, número flutuante visto que ingressos e saídas são constantes. Não se deseja, no presente artigo, efetuar considerações mais profundas sobre o ambiente de Internet, mas sim sobre o grupo pesquisado.

Os nomes da *comunidade* e dos membros serão preservados por questões de ética, optando-se por nomes fictícios. Chamarei a comunidade, doravante, de “Gatos do Parque Esperança”. O Parque Esperança é uma praça arborizada de um bairro de classe média da Zona Norte carioca onde, segundo os membros da *comunidade*, são constantemente *abandonados* gatos. É chamado por eles de *parque dos horrores*, pois as condições de habitabilidade para os animais são consideradas precárias.

A comunidade foi criada em 7 de agosto de 2009 com a intenção de congregiar pessoas interessadas em efetuar o manejo dos animais. Por manejo entendo o conjunto das atividades exercidas por alguns dos membros da comunidade, sobretudo a sua fundadora. Consiste em arrecadar dinheiro para

---

<sup>4</sup> *Post* é mensagem escrita em tópico na comunidade.

a alimentação dos animais no parque, consultas com veterinário para os que estão doentes, exames clínicos, medicação, vacinação, *castrações*<sup>5</sup> de machos e fêmeas, cuidado com filhotes e encaminhamento de filhotes e adultos para *adoção*.

O esquema do manejo é complexo: o animal tem que ser capturado *in loco*, levado para *lar temporário*<sup>6</sup>, despugnizado, vermifugado, vacinado e *castrado* antes de encaminhado para *adoção*. Esse processo é efetuado tanto com filhotes quanto com adultos<sup>7</sup>. A escassez de *lares temporários* e de vaga nos mesmos impossibilita que todos os animais sejam retirados do parque ao mesmo tempo. Em novembro de 2009, a fundadora da *comunidade* indicava que havia uma *colônia*<sup>8</sup> de 70 gatos quando do início dos *resgates*<sup>9</sup>, que totalizaram 129 animais, em consulta feita ao *website* em 11 de fevereiro de 2011. Observa-se claramente, portanto, que o trabalho de retirada dos gatos diminui o contingente, mas não o extingue. Ao mesmo tempo em que uns são retirados, outros são *abandonados* e os gatos não retirados do local continuam se reproduzindo.

Uma das razões por trás do trabalho de manejo, executado no parque pioneiramente por Esmeralda, uma senhora idosa que os alimenta duas vezes ao dia<sup>10</sup>, é a idéia de que não sobrevivem sem intervenção humana. Combate-se a noção de que *animais de rua* existam. Toma-se, na maior parte das vezes, a posição de que todos os animais do parque são *abandonados*, muitas vezes indicando-se diretamente que todos tiveram uma *família* um dia, referindo-se a uma unidade doméstica humana. O *abandono*, segundo o grupo, tem como

---

<sup>5</sup> Esterilização das fêmeas pela retirada de útero e ovários e dos machos pela retirada dos testículos.

<sup>6</sup> O *lar temporário* é o espaço doméstico de cuidado com um gato que foi resgatado e que será encaminhado para adoção. Está em oposição ao lar da família que o adota, por um lado, e em oposição à rua por outro. Trata-se, portanto, de espaço de transição.

<sup>7</sup> O animal é doado pelo grupo apenas depois que todos os cuidados com sua saúde foram tomados. Filhotes só são doados a partir de cerca de dois meses de vida. Filhotes novos não podem ser castrados. Nesse caso, o doador *ganha* a castração para o animal mais tarde, ou seja, ele não paga por ela. Um gato é considerado filhote até o primeiro ano de vida e vive, em média, 15 anos.

<sup>8</sup> O coletivo de gatos que habitam áreas como praças, parques, *campi*, cemitérios, hospitais, *abrigos*, etc, é chamado pelo grupo pesquisado de *colônia*. O *abrigo* é um espaço reservado para a habitação dos gatos, na forma de gatil, porém sem grande convivência dos animais com os humanos. É o análogo ao asilo humano e, da mesma forma, mal visto por isolar os animais dos humanos e por impedir que haja encaminhamento dos mesmos a *lares adotivos*.

<sup>9</sup> *Resgate* é a captura e retirada do animal da rua. Essa captura envolve uma técnica específica, pois os animais nem sempre se deixam pegar por humanos. Os que fazem resgate de gatos são chamados *resgateiros*, em um trocadilho com a palavra inventada *gateiro*. Os que cuidam dos animais são chamados *protetores*. Segundo os pesquisados, o *gateiro(a)* possui e ama gatos. Não se observou uma hierarquia entre as categorias, mas algumas vezes tive a sensação de que, no universo daqueles que *protegem* e *resgatam*, essas atividades são mais valorizadas e de maior prestígio que a simples adoção ou posse do animal, o que envolve questões morais de intervenção na realidade que não poderão ser exploradas no momento.

<sup>10</sup> Com o próprio dinheiro, compra a ração e a distribui aos animais. Não participa do *Orkut*. A fundadora da *comunidade* diz, sistematicamente, que a grande *bem-feitora* do parque é Esmeralda e que as doações de ração devem ser feitas diretamente a ela. Rompe-se, assim, a atuação da *comunidade* e a atuação de Esmeralda, embora ambos tenham a mesma finalidade, que é o bem-estar dos gatos do local, e embora ambas as mulheres estejam em contato. Ao contrário dos cães, que comem uma vez ao dia, os gatos comem ao longo do dia e da noite e não devem passar mais de 12 horas sem se alimentar. Este jejum, segundo o grupo pesquisado, gera alguns tipos de doença graves, sobretudo no fígado.

efeito a multiplicação de animais sem condições de sobrevivência, dado que sem *família*, o que implica em mortes por acidente, doença, maus tratos e desnutrição. Essa situação é vista como moralmente incorreta: deve-se atuar contra ela, intervindo na realidade, educando, *resgatando*, disponibilizando para adoção e, sobretudo, *castrando* os animais. A *castração* é uma das principais preocupações do grupo, na medida em que percebem empiricamente um abandono de filhotes que, fossem os gatos “da casa”<sup>11</sup> *castrados*, não existiria.

O *abandono* é criticado muitas vezes de forma emocional, levando a considerações pessoais sobre tristeza, descrédito na humanidade e necessidade de engajamento na causa. Esta *comunidade* é, portanto, também um espaço de troca entre seus membros, onde se educa (pela *posse responsável*<sup>12</sup> ou *adoção responsável*), se consulta acerca de questões da saúde e do manejo dos gatos em geral (não apenas os do parque), se pede ajuda (inclusive financeira) para o *resgate* e manejo dos gatos do parque ou retirados da rua em outros locais, se compartilha experiências emocionais e práticas sobre a situação e o manejo dos animais.

Devo indicar que, como pesquisadora, não só tentei analisar o grupo a partir de seu próprio discurso, como me vi aprendendo uma série de coisas sobre os gatos, sobretudo sobre sua saúde. Muitas vezes, emocionei-me, junto com outros membros da *comunidade*, com os relatos de maus-tratos de animais retirados da rua, especialmente com as fotografias que são veiculadas e que exibem sistematicamente animais em visíveis péssimas condições de saúde. Os que se recuperam e são colocados para *adoção* também têm suas fotografias veiculadas. Forma de divulgação do trabalho do grupo e de conscientização das condições concretas desses animais, a imagem é aqui, ainda, um poderoso catalisador de emoções. A própria *comunidade* é um ambiente virtual onde o discurso emocional é sempre forte e presente. Imagens de gatos de rabos amputados, olhos cegados, feridas expostas, extrema magreza, entre outras, são imagens de maior impacto para a captação de novos membros do que imagens de gatos saudáveis, que são os animais efetivamente postos para adoção e que, ao mesmo tempo em que indicam que o trabalho executado vale a pena, porque há recuperação para muitos animais, legitimam esse próprio trabalho.

O grupo, contudo, limita-se de forma praticamente exclusiva a falar sobre gatos, não se tendo observado considerações acerca de nenhum outro animal, salvo em interação com felino. O *abandono* de cachorros, por exemplo, não é um tema de atuação ou discussão do grupo pesquisado. Nesse sentido, não se trata de um grupo que se apresenta como de defesa dos direitos dos animais ou do meio ambiente, mas um grupo de ajuda mútua, suporte e apoio àqueles que efetuam ações de *resgate* de gatos, voltado basicamente para a atuação no Parque Esperança, embora nem todos os membros residam no Rio de Janeiro e alguns deles efetuem *resgates* nas suas cidades.

---

<sup>11</sup> Em oposição aos animais de rua. Indico, contudo, que para o grupo essa oposição não existe e faço uso dela apenas de forma analítica.

<sup>12</sup> Consiste, basicamente, em *castrar* o animal, utilizar telas nas janelas e muros, impedir a saída do animal do apartamento, da casa ou dos limites murados do quintal, alimentá-lo preferencialmente com ração de boa qualidade, vaciná-lo periodicamente e dar a ele acesso a consultas veterinárias.

Eventualmente, os membros mais atuantes no parque indicam contato com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no sentido de angariar a atenção pública para o problema, que não é exclusivo deste local<sup>13</sup>. A Prefeitura apenas timidamente se pronuncia e, durante a pesquisa, pouco efetuou em termos de ações concretas de longo prazo ou para a solução definitiva do *abandono*. Não obstante, a Prefeitura possui ações na área, que não serão tratadas aqui por não ser objeto de análise do presente artigo.

## **Violência contra animais e direitos dos animais**

Visto como violência pelo grupo pesquisado, o *abandono* demanda uma intervenção na realidade em prol do bem-estar animal. Conforme Descola (1998: 23),

“a violência exercida contra os animais suscita uma reprovação crescente nas opiniões públicas ocidentais, uma reprovação que, freqüentemente, se torna ainda mais vivaz à medida que diminui a familiaridade com as vítimas. Nascida da indignação com os maus-tratos infligidos aos animais domésticos e de estimação, em uma época na qual burros e cavalos de fiacre faziam parte do ambiente cotidiano, atualmente, a compaixão nutre-se da crueldade a que estariam expostos seres com os quais os amigos dos animais, urbanos em sua maioria, não têm nenhuma proximidade física: o gado de corte, pequenos e grandes animais de caça, os touros das touradas, as cobaias de laboratório e os animais fornecedores de pele, as baleias e as focas, as espécies selvagens ameaçadas pela caça predatória ou pela deterioração de seu habitat etc.”

O autor se refere a um processo característico do cidadão urbano, de meu ponto de vista global e difuso, que não envolve, no mais das vezes, uma preocupação com o que está ao seu lado. Essa preocupação teria sido originária e perdido importância progressivamente. Os cães e gatos de rua não são elencados pelo autor como foco de atenção majoritária em seu artigo de 1998. Cabe questionar se, em 2010, a situação é a mesma. De fato, há na televisão brasileira hoje uma campanha que incentiva a adoção de cachorros abandonados disponibilizada por uma importante marca de ração para cães. Eu sugeriria, baseada no material empírico coletado, que se os animais domésticos não são a grande preocupação em termos de direitos dos animais, e não afirmo que não sejam, pelo menos eles são o foco de atenção de um conjunto voluntarista de *protetores*.

A defesa dos animais, como o autor chama a atenção, envolve uma “escala de valor [...] cujo ápice é ocupado pelas espécies percebidas como as mais próximas do homem” (Descola, 1998: 23). Nesta hierarquia, sobressaem-se os mamíferos. Tal proximidade faz o autor sugerir que há um “antropocentrismo”, ou seja, uma identificação dos humanos com estes não-humanos. Na sua versão moderna, o antropocentrismo é inconsciente, segundo ele, não levando em consideração a atuação humana no meio ambiente, mesmo em regiões que parecem “virgens”. Nesse sentido, afirma

---

<sup>13</sup> Em outro parque carioca, localizado no centro da cidade, estima-se uma colônia de 400 gatos. Lá, da mesma forma, apenas uma senhora idosa os alimenta duas vezes ao dia, contando com apoio de outros voluntários. O grupo estima que a redução desta *colônia* seja impossível da maneira caseira como tem sido feita no Parque Esperança e demande intervenção estatal intensiva, pois a retirada de animais do parque não decresce sua população na mesma medida em que as fêmeas reproduzem.

que dar direitos aos animais (ou deveres aos humanos) para protegê-los seria estender a não-humanos princípios jurídicos feitos para humanos. Essa projeção do humano no não-humano se dá na forma de uma analogia: “é porque são condenadas as violências para com os humanos que as violências com relação aos animais se tornam condenáveis” (Descola, 1998: 25).

Já Salvador (2001), chama a atenção para o antropomorfismo presente no sofrimento físico dos animais. Nesse sentido, alguns termos são utilizados remontando à história humana, como “martírio, concentração, escravidão [...] ou execução capital” (Salvador, 2001: 104). O autor apresenta tal reflexão para, a seguir, indicar que entre “sociedades pré-modernas” tal não ocorre. Para ele, no Ocidente, um dualismo moderno teria dado “domínios ontológicos” distintos a humanos e não-humanos. Assim, afirma que nossa relação com os animais e a natureza, mesmo quando busca os princípios de “respeito e benevolência”, está ancorada na concepção de que a natureza é uma “esfera autônoma”, o que sugere determinadas relações entre humanos e animais. Em outras palavras, a projeção do humano sobre o não-humano é uma idéia que requer a separação entre natureza e sociedade. A humanização do não-humano implica na sua pré-não-humanização, ou na desanimalização do humano. Ao contrário, segundo o perspectivismo, os animais seriam “de algum modo, humanos disfarçados” (Descola, 1998: 29). Não há uma separação entre humanos e animais da forma como os ocidentais modernos a concebem.

Numa reflexão ontológica, Descola (1998) perpassa estudos de psicologia cognitiva sobre as categorias do vivo para indicar uma separação primordial entre vivo e não-vivo. Esta separação surgiria primeiro do que a separação entre humano e animal em estudos com crianças pequenas. Por sermos vivos, humanos e animais, nos aproximamos, mas de uma forma que não nos é possível com outros seres vivos, como as plantas.

“Provavelmente, na idade adulta, preservamos traços dessa indistinção conceitual originária entre o homem e o animal. Como não reconhecer o estatuto ambíguo dos animais, especialmente dos mamíferos superiores, tão próximos de nós sob tantos aspectos e contudo tão diferentes? Quem nunca atribuiu, ainda que de maneira fugaz, emoções, uma sensibilidade, uma intencionalidade a um animal de estimação? O próprio sofrimento infligido às vezes aos animais não seria um sinal de que percebemos sua natureza como essencialmente equívoca, a meio caminho da humanidade e dos outros objetos do mundo, vivos ou não-vivos?”(Descola, 1998: 31).

E conclui: “na própria Amazônia muitos sinais atestam uma atitude ambivalente para com os animais caçados” (Descola, 1998: 32). Meu intuito não é um debate ontológico ou psico-cognitivo. Desejo, antes, aproveitar-me da noção de ambigüidade, pois acredito que é esta ambigüidade do animal humanamente percebida como “a meio caminho” entre o humano e o resto dos “objetos do mundo”, que confere a possibilidade de humanização dos gatos da forma que o grupo pesquisado o faz – e, claro, de outros animais.

### **Problema de gênero<sup>14</sup>**

Em outubro de 2009, efetuei um primeiro levantamento dos membros da *comunidade*, que eram então 350<sup>15</sup>. Duas dificuldades emergiram: primeiro,

---

<sup>14</sup> Em referência a obra homônima de Judith Butler.

não desejava um estudo quantitativo, portanto não coletei dados extensivamente sobre os membros, mesmo porque os dados disponibilizados pelo Orkut podem permanecer privados, podem não ser verdadeiros, e são em geral muito escassos para o cientista social, pois não indicam bairro de moradia, profissão, faixa de renda, etc.; segundo, percebi que muitos usuários utilizavam nomes que poderiam ser de seus próprios gatos, fotos de gatos e outros animais, pseudônimos que não me permitiam sequer avaliar se tratava-se de um homem ou de uma mulher. Não obstante, um levantamento primário desses dados contabilizou 30 nomes masculinos, 253 nomes femininos e 40 nomes de sexo não-identificado<sup>16</sup>.

Esses dados são relevantes e chamam a atenção. Há mais mulheres do que homens e, de fato, há mais pseudônimos visíveis do que homens. O universo pesquisado, portanto, é eminentemente feminino, consistindo naquele momento em um total de 78% de mulheres *membros* da *comunidade* em questão<sup>17</sup>. Esse dado instiga uma associação interessante entre as mulheres, o trabalho de *resgate* e os gatos que gostaria de explorar agora. De fato, nem nesta *comunidade* nem em qualquer outra das seis que acompanho menos sistematicamente, isto é, sem levantamento exaustivo de dados, percebi qualquer homem se pronunciar como *resgateiro* ou *protetor* de gatos. Esta parece uma preocupação essencialmente feminina, com um animal que parece agradar mais às mulheres do que aos homens<sup>18</sup> e cuja atuação em prol de seu bem-estar é também majoritariamente feminina. Como sou pesquisadora oriunda da área de relações de gênero, esse não poderia deixar de ser o primeiro foco de análise e consideração.

Ao iniciar este artigo, havia chamado a atenção para as relações de parentesco estabelecidas nesse universo entre humanos e gatos. As donas de gatos são *mães* (*mami*, *mamis*), eles são seus *bebês* (*filho*, *filhogato*). Tal linguagem não foi observada entre os poucos homens da *comunidade*. Os gatos resgatados são encaminhados para *adoção* por uma *família* e a maioria das *adoções* indicadas na *comunidade*, de filhotes ou adultos retirados do parque e da rua, são efetuadas por mulheres ou casais/família<sup>19</sup>. O que explica

---

<sup>15</sup> No dia em que iniciei a pesquisa, a comunidade possuía cerca de 350 membros. No dia em que iniciei este artigo, 07 de novembro de 2009, o Orkut contabilizava 500 membros. No dia seguinte, voltava a contabilizar pouco mais de 350 membros. Parece que tal contabilidade não é precisa ou que o fluxo de membros é muito intenso, portanto os dados devem ser relativizados. Em 11 de fevereiro de 2011, o total era de 540 membros.

<sup>16</sup> Não houve tempo para uma coleta mais recente de dados, porém, não tenho razões para sugerir que o perfil eminentemente feminino da *comunidade* tenha mudado.

<sup>17</sup> Mesmo que o número de mulheres esteja superestimado por homens que se passam por mulheres, ainda assim a análise não perde seu valor, pois se deve, então, perguntar qual a relevância de ser mulher nesse meio e por que isso seria preferível e apresentar-se como um homem.

<sup>18</sup> Embora haja uma comunidade no Orkut chamada “Homens que amam gatos”, cujos participantes são tanto homens quanto mulheres, totalizando cerca de 4500 membros em novembro de 2009. Não existe comunidade chamada “Mulheres que amam gatos” ou “Mulheres que gostam de gatos”. Esse silêncio indicaria que se trata de uma regra, enquanto a existência proclamada dos “homens que amam gatos” seria uma exceção.

<sup>19</sup> O *tópico* “adoções concretizada dos resgatados”, iniciado em 10 de agosto de 2009 e consultado para este artigo em 11 de fevereiro de 2011, e que contém fotografias de alguns adotantes com os gatos adotados, permitiu contabilizar 25 adoções efetuadas por mulheres, 4 por homens, 11 por casais heterossexuais e 10 classificados por quem doa os animais como *família*, o que parece indicar categoria distinta de *casal*. O número de adoções é, com certeza, muito superior ao número de fotografias de adotantes veiculadas. De fato, excetuando-se



essa relação entre os gatos e as mulheres pesquisadas? Por que os homens da comunidade não são tão engajados no manejo quanto elas?

De fato, uma primeira hipótese é a de que o cuidado com a casa e a família, ainda tão caracteristicamente feminino no Brasil contemporâneo, seja estendido para o cuidado com os animais domésticos para que se compreenda esta situação. Neste sentido, a extensão das relações de parentesco aos animais se torna um reflexo do viés de gênero. Aquela que cuida do animal é sua *mãe*. Aquela que cuida do animal de rua, mas não o adotou, é *protetora*. O cuidado e a proteção parecem, neste universo, caminhar juntos. Proteger um animal de rua é retirá-lo da mesma, *resgatá-lo*, dar a ele um *lar* e uma *família*. Cuidar de um animal adotado, ou adotando-o, é protegê-lo. De fato, nem todo proprietário cuida de seu animal e, do ponto de vista do grupo, o *abandono* é a maior prova disto.

Uma pesquisa a partir dos nomes de *comunidades* no próprio Orkut indicou, em novembro de 2009, 8 *comunidades* com as palavras-chave “dono” e “mamãe” referindo-se, todas elas, a que não se chame de *dono* o proprietário<sup>20</sup> de animal de estimação, mas de *mãe*. A busca cruzada com as palavras “dono” e “mãe” indicou 7 comunidades, 6 delas referindo-se a que não se chamasse de *dono* o proprietário de animal de estimação, mas sim de *mãe/pai*. Quando a busca foi efetuada a partir das palavras “dono” e “pai”, o número de comunidades subiu para 150, poucas delas relacionadas a animais de estimação, a maioria se referindo à propriedade de empresa (madeira, perfumaria, montadoras de carro, empresa aérea, restaurante, posto de gasolina, etc), o que ocorreu também com a busca cruzada das palavras “dono” e “papai”, cujas duas respostas indicam posse de empresa. Interessante observar que as mulheres não são donas de empresas e a única propriedade cruzada com a palavra “mãe” é a de um animal. Mantém-se no imaginário, portanto, a idéia de que empresários são homens e de que a propriedade privada é uma característica masculina, permanecendo as mulheres imaginariamente desprovidas de propriedade. Este imaginário coaduna-se à invisibilidade do papel das mulheres nas atividades produtivas<sup>21</sup>, seja no campo, seja na cidade.

Esta questão é instigante teoricamente, porém não resolve as perguntas lançadas neste artigo. Assim, deixo a outros pesquisadores a tarefa de pensar problemas relativos ao imaginário da propriedade privada no Brasil em termos de relações de gênero. Gostaria apenas de indicar, conforme reflexão de Strathern (2006), que o pensamento ocidental tende a raciocinar em termos de propriedade e não, por exemplo, em termos de trocas, como na Melanésia, foco de análise da autora. Assim também o fazem os sujeitos desta pesquisa: embora não se pretenda dizer “dono de gato”, diz-se “meu gato” como se diz “meu bebê”, referindo-se ao gato. É a mesma forma de propriedade que se usa quando se fala em relações de parentesco: minha mãe, meu pai, meus filhos, etc. Com isso quero chamar a atenção para o fato de que, ao substituir a idéia

---

alguns eventuais óbitos de animais extremamente doentes retirados do parque, o número de adoções chega perto do número total de resgates, que em fevereiro de 2011 era divulgado como sendo de 129 animais.

<sup>20</sup> Embora a maioria seja feminina, segue-se a norma culta da língua portuguesa que dispõe o plural e o sujeito indefinido no masculino.

<sup>21</sup> Para um exemplo rural, ver DANTAS (2008). Há um farto debate feminista acerca da categoria “ajuda” para o trabalho feminino em oposição a idéia de “trabalho” propriamente dito para os homens.

de *dono* pela de *mãe/pai*, o grupo não necessariamente exclui as relações de propriedade, pois nossas relações de parentesco são baseadas também em idéias de propriedade características do mundo ocidental.

Creio que os dados são esclarecedores. A transposição do universo doméstico que os gatos habitam é feita à imagem e semelhança das relações humanas. A unidade doméstica é o espaço da família e das relações de parentesco, pensadas como relações de afeto. Humaniza-se o animal que habita a casa e se o inclui na família: ele é uma criança, um *bebê*, demanda cuidados, precisa de *mãe*, precisa de *família*, não pode andar na rua, deve permanecer seguro dentro de casa.

O acesso à rua é um dos principais pontos de debate na chamada *posse responsável*, conduta ética requerida dos proprietários de gatos pelo grupo pesquisado. Nela, indica-se que o apartamento onde há felino deve ter redes de proteção do mesmo tipo utilizado para crianças nas janelas e varandas e que casas onde há gatos devem incluir rede de proteção nas janelas e muros altos, além de alambrado côncavo para que o animal não escale o mesmo. O acesso à rua é visto como prejudicial ao animal em vários aspectos: ele pode ser roubado, atropelado, morto intencionalmente por humano, morto por cachorro, contrair doenças múltiplas e variadas (especialmente quando exposto à chuva, uma das principais preocupações das protetoras com relação aos gatos do parque e da rua), perder-se, emprenhar (no caso de fêmea não *castrada*). A rua não é o espaço dos gatos, mas sim a casa. Neste ponto, inevitável recordar um dos clássicos de Roberto DaMatta, *A Casa e a Rua* (1991). Segundo o autor, a rua no Brasil é espaço público, espaço de ninguém, onde as regras podem não ser cumpridas, perigoso e masculino. A casa, ao contrário, é espaço feminino, protegido e resguardado, privado, regado e ordenado. Como os humanos, sobretudo os do sexo feminino, os gatos devem permanecer em casas e apartamentos.

De fato, o animal da casa não é o único a ser humanizado no Brasil. Em contexto rural, por exemplo, Dantas (2008) demonstra como nos sítios do interior norte-rio-grandense ocorre uma humanização dos porcos de uma forma que não ocorre com as galinhas. A autora indica que laços de afetividade são criados entre humanos e suínos, mas não indica tais laços entre humanos e galináceos, de forma que se pode sugerir que a afetividade não é consequência da convivência entre humanos e animais, mas de representações específicas sobre certos animais em detrimento de outros.

“E, por estarem fundamentados em sentimentos de afetividade, tais laços são difíceis de ser rompidos, por parte de quem cria, sobretudo no momento do abate dos animais. Como membros dessa família, os porcos convivem de perto com as criadoras durante, no mínimo, um ano inteiro. Em alguns momentos, compartilham o mesmo espaço, são adulados e chegam até a receber nomes próprios. Os nomes mais comuns atribuídos por elas a esses ‘primos’ benevolentes expressam sentimentos de proximidade e parentesco e lembram apelidos dados aos humanos, a saber: Chico, Chica, Pretinha, Neguinha, Neguinho, Galego, dentre outros. Não há dúvida de que, nesse tipo de ‘relação’ por familiaridade, está implicado o princípio da dádiva. Claro que estamos falando de sentimentos de estimacão manifestados pelas criadoras, não pelos porcos. De certa forma, estes participam da vida delas na condição de ‘sujeitos’ e, com isso, ganham certa humanidade, o que se atualiza em ações práticas e no receio que elas manifestam de participarem ativamente do momento de violência que um dia vai pôr fim à vida deles.” (DANTAS, 2008: 182)

Ocorre processo correlato de humanização àquele verificado no grupo por mim pesquisado, onde nomes próprios também são eventualmente dados aos gatos, mas não sempre, nem necessariamente. Mesmo os gatos resgatados no Parque Esperança recebem nomes próprios, até onde foi possível averiguar, da língua portuguesa ou de origem estrangeira<sup>22</sup>.

Na passagem acima, Dantas (2008) indica, ainda, que os porcos são sujeitos na vida de suas criadoras. No grupo pesquisado por mim, de igual maneira, os gatos são sujeitos, recebem nomes, seus hábitos cotidianos são comparados com os de outros gatos verificando-se sua individualidade, buscase fazer coisas que os aprazam e dar a eles a comida de que gostem, por exemplo. Longe da violência do abate, pois felinos não são considerados comestíveis<sup>23</sup>, a violência da qual devem ser afastados é aquela da rua, dos acidentes, dos maus tratos e das doenças. Para as mulheres pesquisadas por Dantas (2008), contudo, o abate das galinhas não é uma violência.

“Josefina Melo de Medeiros, criadora de porco e mestra de chouriço, não vê problema em matar uma galinha, mas o porco ela entende que é diferente. ‘Matar uma galinha? Vou ter pena? Vou comer! Agora com o porco [...]. Eu fico assim! Num se vai... vai vender? Mas, num é bom a gente matar não’. As justificativas para atitudes sentimentais dessa natureza são de quem compadece dos animais.” (DANTAS, 2008: 185)

Dantas (2008) deixa claro que o porco tem status social *sui generis* por ser considerado animal sujo e poluído (Douglas, 1976). Não marquei a diferença aqui, pois interessam mais as relações de gênero dentro das relações de produção. Poder-se-ia sugerir, contudo, que o status do porco está para o do gado como o do gato está para o do cachorro: enquanto um é amigo do homem, o senso-comum professa que o gato não desenvolve afeto para com humanos, apenas para com a casa que habita. Como hipótese, esta idéia ajudaria a explicar porque a *proteção* e *adoção* dos gatos de rua parece prioritariamente feminina: um animal de status inferior e simbolicamente poluído é opção do sexo de status inferior e simbolicamente poluído.

Retornando ao contexto norte-rio-grandense, Dantas (2008) demonstra que as mulheres, dedicadas a criação de porcos e galinhas, em contraposição a uma visão tradicional sertaneja que associa a criação de bodes e gado com os homens, demonstram “pena” no abate dos porcos, mas não das galinhas. Estas, elas mesmas abatem para consumo; aqueles envolvem um complexo ritual de abate efetuado exclusivamente pelos homens. De igual forma, galinhas e patos são comercializados diretamente por elas, ao passo que os porcos são vendidos pelos homens. Nesse sentido, as criações de animais femininas são vistas como de menor potencial econômico e elas não são vistas como criadoras, mas “tratadeiras” (Dantas, 2008). Diz a autora que

<sup>22</sup> Conheço o diálogo de SAHLINS (1979) com Lévi-Strauss a esse respeito, mas não pude incorporá-lo a tempo no presente artigo visto que se trata de uma pesquisa em andamento e busquei privilegiar certas linhas teóricas.

<sup>23</sup> Daí a jocosidade recorrente no Rio de Janeiro sobre o *churrasquinho de gato* ou *filé miau*, que se refere à obscura procedência da carne servida em espeto e churrasqueada na rua por vendedores ambulantes. Outra relação jocosa da cidade diz que gatos *viram tamborim*, instrumento de percussão largamente utilizado nas baterias de escolas de samba cariocas que produziram melhor som quando fabricados com couro de gato.

“Tradicionalmente, essa era uma tarefa feminina e das crianças; hoje agrega os homens, seja ajudando às mulheres seja criando seus animais, sozinhos, conforme mostramos adiante. O mesmo não acontece com a comercialização dos porcos, que continua sendo majoritariamente feita pelos homens. [...] Em algumas situações dessa natureza, as mulheres são vistas por eles apenas como ‘tratadeiras’ dos porcos, não como as verdadeiras proprietárias.” (DANTAS, 2008: 115)

Tal observação explicita que em diversos contextos, muitas vezes, não apenas as mulheres não são vistas como possuindo propriedade, mas os animais são vistos como sendo “tratados”, categoria que parece enfatizar o cuidado e negar a dimensão econômica da criação. Creio que se pode aproximar a categoria do “tratamento” às categorias do cuidado e da proteção, que são aquelas utilizadas no universo que pesquiso e que parecem categorias relacionadas ao universo feminino da casa e da família. Assim, quando se obscurece a propriedade dos gatos pelo grupo pesquisado, ressaltando-se as relações de parentesco com os mesmos por adoção, procede-se segundo uma lógica que retira a idéia de propriedade das mulheres para negar seu papel nas relações de produção.

No contexto pesquisado por Dantas (2008), nem o porco nem a galinha são considerados animais femininos, mas sua criação, por se dar em “terreiro”, foi considerada como tarefa feminina e das crianças. Traçando-se um paralelo com o universo que pesquiso, não se deve considerar o gato um animal feminino, mas chama a atenção as configurações sociais que aproximaram mais as mulheres do *resgate* e da *proteção* destes animais quando *abandonados* na rua. Como Lévi-Strauss (1976) coloca em *O Pensamento Selvagem*, os significados e valores dados aos animais e aos elementos do universo natural não são características intrínsecas a estes, mas representações sociais.

Sugeri acima que há uma correlação, no grupo pesquisado, entre a idéia do gato como animal de dentro de casa (ou apartamento), a idéia de cuidado e proteção, as relações de parentesco e a família, e aquilo que a sociedade brasileira julga ser feminino: o cuidado da casa, da família, das crianças. Assim, sugeriu-se que o quantitativo expressivo de mulheres no grupo se deve a representações sociais sobre o feminino conjugadas a representações sobre o bem-estar dos gatos. Outra hipótese acerca desse quantitativo feminino majoritário é a de que o tempo livre das voluntárias *protetoras* e *resgateiras* seja maior do que aquele dos homens. Só entrevistas com as voluntárias, contudo, que ainda não foram efetuadas nessa fase da pesquisa, poderão trazer novos dados.

### **Dádiva e reciprocidade**

Descola (1998: 36) chama a atenção que no contexto perspectivista amazônico há uma “aliança contratual” entre humanos e animais (ou seus representantes) “sob a forma de uma relação entre afins e que era marcada pela mesma rede de obrigações que aquela característica das relações entre parentes por aliança”. Contudo, essa homologia é possível na Amazônia ameríndia apenas na medida em que os animais são tomados como pessoas, o que o autor afirma não ocorrer em contexto moderno ocidental. Sendo relações entre pessoas, são relações sociais. Sobre os animais de estimação,

em oposição aos de caça, estes seriam considerados como parentes consanguíneos e não afins. “Demasiado idêntico”, ele não deve ser comido – reflexão válida para o gato, o cachorro e, talvez, também para o porco norte-rio-grandense, embora esta sugestão implique uma crítica à clássica análise de Douglas (1976).

Fausto (2002: 9) afirma que na Amazônia, “animais, vegetais, deuses e monstros podem também ser ‘pessoas’ e ocupar a posição de sujeito na relação com os seres humanos”. Afirma, ainda, que “não há barreira ontológica entre humanos e não-humanos” (Fausto, 2002: 24). No caso do grupo por mim pesquisado, claramente moderno ocidental, as relações de parentesco são o idioma da relação entre humanos e gatos, indicando obrigações análogas às que perpassam as relações que lhes servem de modelo. A dádiva sem reciprocidade é a forma de aliança que marca a relação, nomeada através das relações de parentesco: *mamis* e *filhogato/bebê*. Da mesma forma que se imagina que as mães provejam aos filhos de maneira desinteressada, por afeto, o grupo pensa que o humano deve prover ao gato. A própria noção de um animal de estimação coloca em primeiro plano o afeto do humano para com o animal e não suas funções utilitárias ou seu valor econômico que, não obstante, podem coexistir.

Essa obrigação humana para com os gatos é uma generosidade característica das relações de parentesco como nós as pensamos, especialmente da relação mãe/filhos. Isso não significa que os gatos sejam vistos como humanos, mas sugeriria que são vistos como sujeitos, como tentei demonstrar a partir de dados coletados no campo virtual. Há uma hierarquia entre humanos e gatos que é múltipla: há uma hierarquia geral entre humano e não-humano, porém os animais de estimação e, neste grupo particular, os gatos de estimação ou de rua ocupam uma posição prioritária sobre outros animais no grupo pesquisado. Da mesma forma, os animais de estimação e, para o grupo analisado, os gatos de estimação e de rua ocupam uma posição superior na hierarquia do que outros humanos. Por posição superior aqui se compreende a prioridade nas relações sociais, sejam na atuação voluntarista que presta ajuda aos que são vistos como necessitados, seja na priorização do bem-estar do animal sobre o de outros humanos. Nesse último caso, por exemplo, são freqüentemente narrados na *comunidade* casos pessoais em que o parceiro (namorado, noivo, marido, etc) não é favorável ao cuidado do animal de rua ou sua adoção pela parceira. Alguns desfechos envolvem negociação com o parceiro, outros a desistência quanto ao trabalho de *protetora*, outros a desistência do parceiro.

Por nem sempre utilizarem a palavra mãe, mas *mamis*, e ao trocarem a palavra filho por *bebê* ou *filhogato*, estabelecem, ao mesmo tempo, uma diferenciação entre as relações de mãe/filho humanos e as relações de “mãe” humana/*filhogato*. Essa diferenciação é necessária e fundamental ao contexto. Ao mesmo tempo em que a oposição humano/animal é minimizada, ela é reafirmada. Se os gatos são sujeitos, mas não são humanos e sim humanizados, não se subtraindo totalmente sua animalidade, ainda assim pode-se considerar que as relações entre humanos e gatos, neste contexto, são relações sociais. Observe-se que o mesmo não ocorre com outros animais no grupo pesquisado. Portanto, a subjetivação e a humanização ocorre com os gatos, não com todos e quaisquer espécies animais. A alimentação de gatos

com produtos de origem animal, como vísceras bovinas ou carne de frango<sup>24</sup>, provam, conforme dados levantados no campo, que não há uma sacralização da natureza ou de outros animais e não se lamenta sua morte quando se torna comida. A sacralização, a humanização e a subjetivação existem para o contexto felino, o que não significa que não possam ser estendidos a certas espécies, embora não se tenha observado tal extensão.

Há, tanto na ação dos *protetores* e *resgateiros*, quanto nas representações do grupo, uma clara relação de dádiva entre humanos e felinos. O humano dá ao gato sem pedir nada em troca. A dádiva sem reciprocidade aparece, ainda, em apelos esporádicos para que não se compre animais (normalmente *de raça*, criados em gatis, em oposição aos *resgatados* na rua, conhecidos popularmente como vira-latas e classificados pela medicina veterinária como “sem raça definida”). Dois argumentos morais entram em ação, nesse caso: o primeiro diz que, não sendo um objeto, o animal não deve ser vendido-comprado; o segundo afirma que há muitos animais abandonados, o que não justifica o comércio de alguns. Também se diz que “não se compra um amigo”. Nesse caso, o afeto é colocado em oposição à vantagem monetária. Não obstante, há uma reciprocidade que é vista como de natureza afetiva: *gratidão*, *alegria*, *carinho* e *amor* que o animal dedica a quem dele cuida. Mais uma vez, está-se no campo da humanização do animal. Sobre Rafael, gato mencionado a seguir, foi dito que tinha “um brilho de gratidão nos olhos” e um “olhar de gratidão” (12 de outubro de 2009). Sobre os gatos em geral, um *membro da comunidade* pesquisada disse:

“Parabéns mamães!!!

Eu conheço bem o que é essa alegria que eles nos dão, o preço que eles nos pagam pela ração, pela cama, pela medicação etc.... não tem valor que pague é AMOR E CARINHO DEMAIS, e isso é muito valioso. Parabéns pelas atitudes de vocês, e que apareçam outras mamis [mães] aqui dispostas a levar esses amores pra casa. bjos. [beijos]” [25 de agosto de 2009, grifo original]

O que o humano dá é retratado acima como meramente material: ração, cama, medicação. O que o gato devolve, contudo, parece ter mais valor, pois está no plano das coisas que o dinheiro não compra: carinho e amor<sup>25</sup>. Embora esta passagem implique em uma dissonância aparente com a idéia desenvolvida acima de que o humano estabelece com o animal uma relação de dádiva que não implica em reciprocidade, gostaria de manter tal sugestão. O próprio ato de *resgate* é um ato de cuidado e proteção. Se o gato, como foi imputado a Rafael, *demonstra gratidão* ou não, a ação transcorrerá da mesma forma. Nesse sentido, a autonomia dos animais é limitada e sua dependência dos humanos é sobrevalorizada. No caso da *adoção* propriamente dita,

<sup>24</sup> Houve um debate em *tópico* específico em uma *comunidade* acompanhada por mim em que se constatou que anomalias foram provocadas em filhotes pela ingestão freqüente de coração de boi cru. Indicou-se que a ingestão de carne crua pelos gatos é inadequada e que a ingestão de vísceras deve ser evitada, privilegiando-se a carne de frango. Porém, indica-se com freqüência apenas a ração industrializada. KULICK (2009) tem uma reflexão interessante sobre a indústria de alimentos para cães e gatos e como ela se constrói como provedor privilegiado da alimentação dos animais de estimação em detrimento da comida feita em casa.

<sup>25</sup> Não cabe aqui discutir se animais amam ou não. Para um debate interessante a esse respeito, sugiro a leitura de DURHAM (2003) e RAPCHAN E NEVES (2005). Eu apenas reproduzo o imaginário do grupo estudado a partir das narrativas construídas por eles na medida em que é esse imaginário que analiso.

tampouco há uma ênfase por parte dos membros da comunidade analisada no sentido de tornar essa uma relação de reciprocidade entre gatos e humanos. Não se diz que a adoção fará um humano mais feliz por que lhe trará o amor de um animal. Como o foco da comunidade está no bem-estar animal, e não humano, diz-se, ao contrário, que a adoção proverá o gato com um *lar* e uma *família*, ou *mãe*, onde ele será *amado*. Há uma ênfase muito maior no amor dado pelo humano do que no amor recebido do gato.

Essa imputação de sentimentos humanos é mais uma maneira de humanizar o animal e se refere, ainda, a situações nas quais a conduta deste é vista como exemplo para a conduta humana. Em um *post* gerado pela fundadora da comunidade, algumas fotografias tiradas por ela mostravam três filhotes recém-*resgatados* do Parque Esperança *mamando* em um gato macho adulto. Obviamente, o macho não produziu leite. Não obstante, a atitude do gato, chamado Rafael, foi vista como de *adoção* dos filhotes, termo utilizado também para a relação humano-animal, e foi comemorada como exemplo para os humanos. A fundadora da *comunidade* abriu um *tópico* para o assunto, chamado “Rafael, um exemplo de amor e solidariedade”, em 09 de novembro de 2009, e escreveu:

“RAFAEL, UM EXEMPLO DE AMOR E SOLIDARIEDADE

Já que o ser humano desandou, podemos buscar exemplos de amor, carinho e solidariedade entre os animais. RAFAEL que tbm [também] veio do abandono, traumatizado e ferido, nos mostra o quanto podemos ser generosos em nossa vida. Ele adotou os filhotes do balaio, cuidando, dando banho, brincando e pasmem deixa que mamem nele. Os filhotes pensam que Rafael é a mãe e se entregam totalmente. QUANTO MAIS EU CONHEÇO O SER HUMANO MAIS EU AMO ESSAS CRIATURAS DE DEUS. QUE GATO MARAVILHOSO, QUE CORAÇÃO CHEIO DE AMOR...” [09 de novembro de 2009, grifo original]

Agente, ativo, sujeito, Rafael, o gato, adota e cuida dos filhotes, exatamente como as *protetoras* esperam que os humanos façam. Porém, entre estes, poucos o fazem. Referências constantes à idéia de que a humanidade é ruim e que os gatos são bons são freqüentes. O humano não é sagrado e não está acima do animal, servindo-lhe de exemplo. Há um anti-humanismo explícito na citação acima que se encontra também em outros *posts* de outros *tópicos* da *comunidade*. A noção de dádiva, misturada a idéia de *generosidade*, reforça o aspecto de doação que não demanda reciprocidade.

Chama a atenção que Rafael seja *mãe* e não pai. Adotar é uma atitude feminina, cuidar é uma ação feminina. Ao deixar os filhotes *mamarem*, ele assume definitivamente a postura de mãe, título que não lhe é dado exclusivamente por esta ação, mas pelo conjunto de suas ações de cuidado. Os filhotes também possuem agência: eles *pensam* e se *entregam*. Todos possuem personalidade. Todos são sujeitos.

Não há, propriamente, simetria entre humano e animal, mas uma tensão entre as categorias de pensamento “humano” e “animal”. Em termos de conduta moral, os humanos são criticados e os gatos são positivamente valorados. Em termos de racionalidade, contudo, os humanos são vistos como racionais e os gatos como tendo a racionalidade de crianças humanas de 3 ou 4 anos de idade. É nesta tensão que se pode dizer, junto com Descola (1998), que há uma humanização. Só humanizamos aquilo que não consideramos humano. Humanização não é um termo nativo, isto é, utilizado no universo pesquisado, mas um termo analítico do qual fiz uso. Como, então, posso dizer

que os sujeitos pesquisados humanizam os gatos? Faço-o na medida em que percebo que eles não vêem os gatos como humanos, mas como animais. Todo o discurso e a prática acerca da necessidade, por parte dos gatos, de cuidado humano, isto é, toda a construção do gato como dependente do humano, demonstra uma relação assimétrica. Essa dependência existe porque o gato não é um humano. É dito que seu grau de dependência é o mesmo de um humano criança de 3 ou 4 anos (não apenas sua capacidade cognitiva), mas ele não é humano. Ao mesmo tempo, essa dependência é descrita no idioma das relações de parentesco.

### **Considerações Finais**

Apesar da proximidade entre seres humanos e animais, é necessário indicar que este universo não é óbvio e que as relações estabelecidas entre eles não são idênticas quando se passa, por exemplo, do campo para a cidade, ou de uma camada social para outra, e mesmo entre gerações. A visão do grupo pesquisado parece-me muito específica e distante da visão do senso-comum brasileiro acerca dos animais e seu manejo, senso-comum contra o qual eles se debatem com frequência e que parecem querer alterar.

Em certo sentido, portanto, são defensores dos direitos dos animais, mas não em um sentido abstrato. De fato, são *protetoras, resgateiras e adotantes* de gatos. Sua atuação restringe-se a esses animais. Suas preocupações restringem-se ao bem-estar desses animais. A sacralização da natureza, segundo Salvador (2001) característica de tais movimentos sociais, no grupo pesquisado se apresenta como a sacralização do gato como animal isolado de outros animais, mas nunca isolado do homem. O paradigma de domínio humano sobre a natureza nunca é totalmente descartado, na medida em que o homem deve prover ao gato. Não obstante, a sua responsabilidade sobre ele envolve concepções de que a racionalidade humana o torna, de certa maneira, superior, portanto responsável.

Em outros aspectos, contudo, o humano é inferior ao gato: em *generosidade*, em *gratidão*, em *amor* ao próximo. Uma espécie de anti-humanismo se desenvolve baseado numa descrença na humanidade, descrença esta apoiada na observação empírica de uma relação interpretada como de *abandono* e *violência* para com os gatos. Vítimas, os gatos perdem a agência, a escolha e a subjetividade. São infantilizados, na qualidade de humanos infantis. São reificados pela própria violência. Quando resgatados, contudo, eles ganham subjetividade e individualidade. Quando alocados sob os cuidados de humanos, se tornam sujeitos em relações sociais.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1991.
- DANTAS, Maria Isabel. *O sabor do sangue: uma análise sociocultural do chouriço sertanejo*. Tese de Doutorado. UFRN, 2008.
- DESCOLA, Philippe. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana*, 4(1): 23-45, 1998.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. Chipanzés também amam: a linguagem das emoções na ordem dos primatas. *Revista de Antropologia*, v.46, n. 1, p. 85-153, 2003.
- FAUSTO, Carlos. Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia. *Mana*, 8(2): 7-44, 2002.
- HINE, Christine. *Virtual Ethnography*. London: Sage, 2000.
- KULICK, Don. Animais gordos e a dissolução da fronteira entre as espécies. *Mana*, 15(2): 481-508, 2009.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- RAPCHAN, Eliane Sebeika; NEVES, Walter Alves. Chipanzés não amam! Em defesa do significado. *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 2, p. 649-98, 2005.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SALVADOR, Juan. Une forme de sacralisation de la nature: lês mouvements de défense des animaux. *Horizontes Antropológicos*, ano 7, n. 16: 85-112, dezembro de 2001.
- STRATHERN, Marilin. *O gênero da dádiva*. Campinas: Unicamp, 2006.